

Por uma reconstrução socialista do PT

Polarização. PT precisa apresentar programa de superação do neoliberalismo.



André Porto/Folha Imagem

Disputa. Encontro Nacional vai discutir alianças e programa para 2006.

Protagonismo popular. Mecanismos de inclusão política trazem bons resultados.

Democracia participativa nos governos

Os governos petistas devem combinar a idéia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos excluídos pelas políticas de governos tradicionais, via melhorias na infra-estrutura e políticas sociais; com formas inovadoras de participação popular, materializada em experiências como o Orçamento Participativo, conselhos de direitos, temáticos e setoriais e movimentos sociais. Fica visível que é possível construir uma nova sociedade e novas formas de organização do Estado.

Página 6



Mário André Coelho de Souza

América Latina. Novo período político abre importantes perspectivas.

Socialismo e internacionalismo

O internacionalismo é constitutivo da luta pelo socialismo. Assim como o capital globalizou sua dominação, não há como desenvolver o socialismo de forma isolada em um ou outro país.

Um novo internacionalismo, capaz de responder às demandas colocadas pelo século XXI, está sendo construído nas lutas, nas campanhas e nos espaços unitários regionais e inter-

nacionais. A crise de legitimidade do projeto neoliberal na América Latina, produto de impasses desse programa e da resistência popular à sua aplicação, abriu um novo período po-

lítico. A hegemonia do imperialismo norte-americano na região vista como seu "quintal" está em questão.

Página 8

O XIII Encontro Nacional do PT vem após um PED que expressou o desejo de mudança da militância, evidenciando a necessidade da reconstrução socialista do partido.

Assim, neste mês, acontecerá o Encontro Nacional da DS e Coletivos Socialistas de diversos estados, com o objetivo de organizar uma intervenção conjunta no próximo período e ampliar a discussão da unificação desses grupos.

O Encontro deverá estabelecer os marcos para a superação da crise de 2005, e assim, garantir um novo mandato presidencial. É necessária uma avaliação dos processos vivenciados pelo partido desde a eleição de Lula, bem como um balanço do governo, conquistas históricas e limitações.

Páginas 2 a 5

Conferência da FAO em Porto Alegre é marcada por ampla participação

Página 7

Uma esquerda para o atual tempo histórico

Nova tendência. Momento demanda articulação e elaboração teórica.

Gilberto Neves, Gilmar Machado e Ricardo Duarte

"Este é tempo de partido, Tempo de homens partidos"
(Carlos Drummond de Andrade)

O verso drummondiano sintetiza o tempo vivido pela esquerda mundial, e se encaixa melhor ainda ao PT. A imagem do petista preso com notas de dólares escondidas sob a cueca ilustra estarrecedoramente a nossa fragmentação. Não tanto pelo insólito moral da situação, mas pelo significado: um solitário petista encarnando o vexame nacional de um partido inteiro! Já o ex-tesoureiro do PT representou o "herói" que assume sozinho a culpa. Não no sentido de salvar o partido, mas o grupo dos "mui amigos". Como não condensavam os ideais do petismo, estes episódios produziram agudo estranhamento na base partidária.

Outro momento de nosso PT partido aparece na relação com o governo Lula. Exemplo: o PT defendeu a manutenção da verticalização, mas o presidente fez o que interessava às suas pretensões na busca de alianças para a reeleição. O desvelo autocrático legítima em escala máxima a personalização da política que graça no interior do PT, jogando lenha na fogueira dos interesses particulares.

A dinâmica partidária também revela a fragmentação. A "lógica das tendências" foi suplantada pelo paralelismo de poder, da corrente majoritária e dos detentores de poder. A totalidade partidária foi sucumbida às particularidades. A vontade de um ou de poucos se impõe aos coletivos.

O esgarçamento das tendências nacionais, a pulverização de grupos regionais e a aglutinação em mandatos parlamentares são partes cindidas dessa mixórdia geral. Na ausência de uma força centrífuga (ideológica), os elementos partidários vão se distanciando entre si. A sobrevivência política sob tal pressão dispersora busca a tábua de "salvação" no pragmatismo. É da natureza do pragmatismo a acomodação políti-

ca ao estabelecido, tanto nas opções de governo (rebaixando o programa) como no exercício de poder (praticando o fisiologismo). A assimilação consciente de elementos do fisiologismo oligárquico pelo PT, em função da governabilidade de maioria congressual com a direita, assim como a opção do governo Lula pela manutenção de parâmetros neoliberais na condução da política econômica, emerge desse pragmatismo que se impôs ao partido com sua hegemonia de valores.

Superar a crise e ousar

A crise do partido e o curso do governo Lula são frutos da "nova" cultura política, em razão da fragilização ideológica do PT e da própria esquerda. Essa fragilidade ideológica é parte dos escombros do "muro de Berlim", que caiu sobre todos nós. Embora nem toda a esquerda concorde, os efeitos da falência do "socialismo real" trouxeram-nos ao "mensalão". Ganha assim relevância a proposta da Democracia Socialista (DS) de organizar uma "nova tendência" no PT, na defesa de seu caráter transformador. O resultado do PED e a nova conformação de forças no partido foi um alento da militância para um

A DS pode vir a ser o catalisador dessa inovação, ampliando sua força política.

curso do PT à esquerda. É necessária a união de forças na direção e nos encontros vindouros. Mas a mera fusão de grupos e de pessoas é insuficiente. É preciso um vigoroso "movimento cultural" refundador do PT e da esquerda, que resgate o debate teórico.

Para isso, uma "nova tendência" necessita de visão larga, de sentido inovador do pensamento de esquerda. Ela deve ser capaz de responder às necessidades históricas atuais. Quem tem medo da refundação associa essa proposta à social-de-

Resultado do PED e nova conformação de forças no partido foi um alento da militância para um curso do PT à esquerda.

mocracia. Queremos refundar o ideário socialista, a utopia da comunidade de indivíduos livres. Mas com a coragem de renovar o marxismo e dialogar com outros pensamentos para uma intervenção teórica na realidade produzida sob a globalização neoliberal e a revolução tecnológica, construindo um projeto capaz de mudar o presente com os constrangimentos e desafios atuais.

ADS pode vir a ser o catalisador dessa inovação, ampliando sua força política. Existem indicadores disto: as contribuições sobre a questão democrática, de gênero e de raça; o orçamento participativo como controle social do Estado, a inserção nos movimentos sociais e a crítica às alianças fisiológicas. A DS expressou em dois textos recentes uma clara disposição de abertura da "nova tendência". Propõe-se a rediscutir o seu vínculo com a IV Internacional, mantendo laços de identidade, mas recolocando o internacionalismo num novo cenário político; e a buscar sínteses da "nova tendência" na pluralidade de contribuições teóricas de esquerda.

Nessa ótica de construção da "nova tendência", a Alternativa Socialista (Minas Gerais) deseja participar. Defendemos a construção estratégica do PT enquanto partido do socialismo democrático. Queremos fazer parte deste esforço conjunto, integrando na dinâmica de articulação dos encontros vindouros, da formação da tendência e do movimento pela refundação do PT.

Eleições 2006

No processo preparatório das eleições 2006, teremos definições importantes para a dis-

puta de rumos do PT e do governo Lula: balanço e o programa de governo, a política econômica, a política de alianças e a nossa crise ético-moral. Para contribuir com as reflexões, apontamos algumas questões que carecem de aprofundamento:

1. A continuidade de parâmetros neoliberais na política econômica do governo Lula se explica apenas pela opção por um partido de viés eleitoral afeito ao "melhorismo social"? Temos propostas capazes de operar estabilidade econômica, reformas estruturais, rupturas na ordem e governabilidade? Embora não se igualando ao conservadorismo do governo Lula, os governos progressistas da América Latina não romperam com as práticas neoliberais. Não há aí indicações de constrangimentos reais, a serem superados com algum realismo (sem pragmatismo nem bravatas)?

2. O programa de governo do PT deve conter uma política econômica distinta da atual: anti-neoliberal, não monetarista nem de "livre mercado". Mas não estão claros os elementos de uma política econômica de esquerda. Metas de inflação e superávit fiscal são apenas dogmas liberais? Em vez de uma convivência "acomodada", não seria o caso de formular estas questões sob um programa de esquerda?

3. As possibilidades históricas do PT guardam profunda relação com as eleições 2006. Uma derrota do PT terá forte efeito desagregador. Pior ainda se o PT entrar neste processo sem prestar contas de sua crise ético-moral. Não podemos agir como avestruzes ou nos contentarmos com pesquisas eleitorais animadoras. Há três aspectos a responder: 1) a explicação do PT sobre as causas da crise; 2) a responsabilização ético-política dos envolvidos (foi tudo coisa de um "delinquente"?); e 3) a formulação de um novo código ético do PT no trato com a coisa pública.

Gilberto Neves é membro do Diretório Nacional do PT; Gilmar Machado é deputado federal (PT-MG) e Ricardo Duarte é deputado estadual (PT-MG). Todos são integrantes da tendência Alternativa Socialista.

Passe-livre

A UBES e a UNE convocam um ato, para o dia 22 de março, que deve acontecer em todas as capitais e principais cidades brasileiras. A expectativa é colocar cerca de 200 mil estudantes nas ruas pelo "passe-livre" (isenção de passagem em transporte público para estudantes), bandeira que tem mobilizado jovens em diversas cidades já há algum tempo. A disputa se acirrou desde meados do último ano, tendo rendido diversos confrontos com a polícia e prefeituras municipais.

Encontro Nacional da DS

Dia 25 de março acontecerá o Encontro Nacional da Democracia Socialista, que cumprirá a primeira etapa do processo de unificação da DS e Coletivos Socialistas de diversos estados brasileiros. O encontro visa a organizar uma intervenção conjunta no 13º Encontro Nacional do PT, e para além disso, ampliar a discussão acerca da unificação, compor coordenações comuns (nos estados e nacional) e unificar esforços eleitorais.

A construção da corrente comum é processual, combinando debates e experiências na busca de objetivos comuns. Os desdobramentos de médio prazo devem ser a realização de uma Conferência Nacional no início de 2007; intervenção unificada no Congresso do PT; e seminários regionais e nacional de formação.

Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud

Equipe editorial:

Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho

Editor:

Carlos Henrique Árabe

Editora assistente:

Alessandra Terribili

Projeto gráfico e diagramação:

Caco Bisol

Jornalista Responsável:

João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP

Internet:

Marcelo Fragozo

Fechamento: 13 de março de 2005

Assinaturas

Receba todo mês o seu **Democracia Socialista** em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA. Rua Albuquerque Lins, 635 cj. 91 Sta. Cecília - São Paulo/SP CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 Fax (11) 3666-5550 contato@democraciasocialista.org.br

Visite a página da DS

www.democraciasocialista.org.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA: NORMAL: 30,00 APOIO: 100,00 APOIO: 150,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

FONE:

E-MAIL:

Encontro Nacional da Democracia Socialista

PT pós PED. DS e Coletivos Socialistas discutem unificação.

Nos dias 18 e 19 de fevereiro, em São Paulo, reuniram-se a Coordenação Nacional da Democracia Socialista e representantes de Coletivos Socialistas estaduais e locais para um amplo debate de conjuntura internacional e nacional. A reunião tinha a finalidade de propor passos para que a DS e esses Coletivos se unifiquem em uma mesma corrente nacional petista.

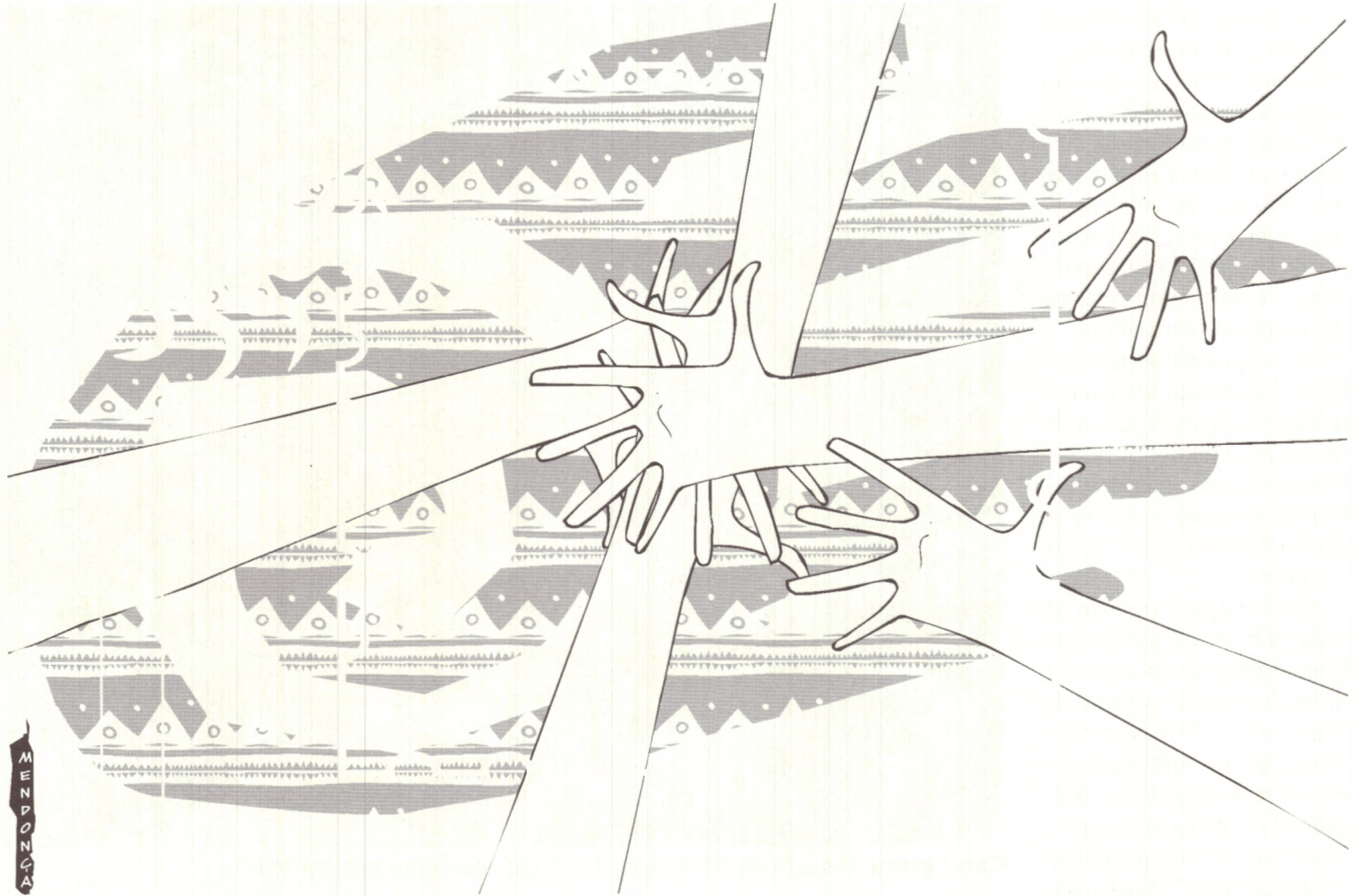
Os debates relativos à conjuntura estão editados, nas suas conclusões, nas matérias das páginas 4 e 8 deste Jornal Democracia Socialista – Em Tempo. Eles se referem ao novo tempo aberto pelas mobilizações sociais na América Latina e por conquistas de governos nacionais que têm de responder a um movimento mais geral de repúdio ao neoliberalismo e ao imperialismo.

O VI Fórum Social Mundial, em Caracas, foi palco dessas pulsações, revelando que, com o governo Lula, o Brasil faz parte dessa onda. E que, se há avanços na luta antiimperialista e antineoliberal, as alternativas a esses regimes neocoloniais ainda estão em gestação.

As soluções para buscar superar limites e políticas conciliatórias de meio-caminho estão na ampla participação popular, na democracia participativa, na internacionalização dos processos e na capacidade de gerar, dentro dos movimentos políticos de esquerda, energias para superar seus limites. Tanto a acomodação aos limites de uma impossível reforma do neoliberalismo como as rupturas sectárias não apresentam qualquer perspectiva de futuro.

No âmbito nacional, a conjuntura caminha para a polarização histórica entre o campo social e político dos trabalhadores e o campo burguês neoliberal. A luta por um segundo mandato do PT é amplamente justificável pelas razões do processo latino-americano (e isso foi uma marca de Caracas) e pela necessidade de buscar superar os limites impostos por condições objetivas e subjetivas ao governo eleito em 2002. Para isso, a política de alianças a ser encaminhada deve expressar o campo de esquerda, o que busca as mudanças e as constrói, sem fisiologismo e sem depender do pragmatismo, que o último ano já provou que não funcionam.

É preciso pensar o partido depois do PED. A militância petista deu uma firme resposta aos ataques da direita, votando majoritariamente em plataformas de esquerda, e condenando o eleitoralismo que tomou conta



Conjuntura caminha para a polarização entre o campo social e político dos trabalhadores e o campo burguês neoliberal.

da antiga maioria, afundada na institucionalidade burguesa. Respondeu também aos sectários, que abandonaram o barco.

Essa resposta recolocou o tema da reconstrução socialista e democrática do partido na ordem do dia. Não se trata apenas de mudar a política partidária, mas também, sua estrutura de poder, através de uma reforma democrática do estatuto do PT que reinstalasse a obrigatoriedade da contribuição financeira mensal do(a) filiado(a), que transforme os núcleos na estrutura básica do partido, que institua mecanismos federativos de distribuição do fundo partidário entre os Diretórios Estaduais. A meta de reconstrução socialista do PT é o elo fundamental que une a DS e importantes Coletivos Socialistas, e justamente por isso, pode-se propor um processo de fusão desses numa mesma corrente.

O processo da unificação

No próximo dia 25 de março pretende-se concluir a primeira etapa da unificação. A idéia é concretizar uma plataforma básica do movimento e a unificação numa mesma coordenação

nacional. Dentro de um ano, deve-se realizar uma Conferência Nacional, constituindo o formato mais definitivo da nova corrente.

Os setores que não se integrem imediatamente nesse processo orgânico poderão participar como parceiros e se integrem mais adiante. Ao longo deste ano, haverá diversas batalhas comuns, e é preciso vencê-las em conjunto. São elas: o Encontro Nacional do PT, a disputa eleitoral, a elaboração de posições sobre os principais acontecimentos nacionais e internacionais, a formação política, o crescimento dessa proposta de organização no interior do partido.

Programa da unificação

As idéias programáticas que dão base a essa unificação estão, fundamentalmente, expostas na plataforma defendida pela candidatura Raul Pont e em alguns documentos difundidos pelo movimento de reconstrução do PT. Diga-se de passagem, não se trata de transformar esse movimento em patrimônio da DS e dos Coletivos que estão discutindo a unificação. Trata-se de manifestar que a DS e esses Coletivos se identificam com esse movimento.

Entre as idéias programáticas centrais destaca-se, em primeiro lugar, a própria noção de

partido socialista e democrático. Essa é uma definição comum com outras correntes de esquerda do PT. Mas há que se agregar um conteúdo específico a ela: o PT viveu uma crise de corrupção ética e programática, não apenas conjuntural e não apenas decorrente de desvios pessoais ou de meros abusos de confiança. Decorreu de um modo de construção eleitoralista e adaptada ao Estado burguês, de afastamento das organizações de base e do mundo do trabalho. Sua superação não se dá apenas pela mudança da direção e da política, precisa revolucionar sua estrutura de poder e reencontrar seu programa socialista.

O socialismo deve ser, ele próprio, uma construção democrática e pluralista, realizada pelas majorias através da participação popular. Esse é o segundo aspecto: a democracia na transformação da sociedade e no partido. Dessa forma, a democracia participativa é um processo de apropriação e transformação do poder pelas majorias. É também um processo de superação de um vício comum às experiências de governos de esquerda, que é o substitucionismo, a desconfiança da participação popular, a idéia de que o partido resolve tudo e de que a conquista de governos é um fim em si mesma. De outro lado, a democracia partidária é

O PT precisa revolucionar sua estrutura de poder e reencontrar seu programa socialista.

antídoto aos líderes colossais e às direções imponentes. Artigo raro no movimento socialista, é condição fundamental para a construção de um partido socialista transformador.

O terceiro elemento é a transição socialista e o internacionalismo enquanto perspectiva de superação do neoliberalismo. Não existe um neoliberalismo "humanizado", bem como não há construção socialista "naturalista", que automaticamente transfere a lógica da dimensão econômica para as demais. Por isso, é importante afirmar o feminismo, o combate ao racismo, o ecossocialismo.

Esse caminho está longe de estar pronto, está por ser construído. Mas não parte do zero. A história que trouxe a experiência do PT até onde ela chegou deve ser o combustível para que haja as mudanças necessárias para se continuar escrevendo a história de lutas da esquerda brasileira. As experiências internacionalistas em curso integram-se nessa mesma perspectiva. O papel desempenhado pela esquerda do PT nesta conjuntura pode ser decisivo para se escrever uma história de lutas e de vitórias.

Não se trata apenas de mudar a política partidária, mas também, sua estrutura de poder, através de uma reforma democrática do estatuto do PT.

Um outro Brasil é possível

Eleições 2006. Polarização traz necessidade de maior consistência programática ao PT.

A conquista de um novo mandato presidencial para o PT é um desafio que estará no centro da pauta do XIII Encontro Nacional do partido, a se realizar em abril. Dessa forma, algumas das principais discussões e deliberações do Encontro dirão respeito a diretrizes e programa de governo e política de alianças – esta última, o centro das polêmicas recentes. Certo é que, para se concluir qualquer discussão acerca de ambas as temáticas, é necessário avaliar as conquistas históricas e limitações do atual governo também à luz dessas questões.

Com relação à política de alianças, há que se lembrar que ficar refém do pragmatismo e do fisiologismo de partidos da direita levou o PT à maior crise de sua história. Além de impor evidentes limitações à aplicação de um programa mais próximo do que reflete a construção histórica do PT, uma política de alianças baseada meramente na questão pragmática eleitoral nos leva a abrir mão de setores importantes da política governamental a fim de acomodar os “aliados”, como foi feito da Saúde e da Comunicação.

Quanto ao debate programático, é preciso que se tenha clareza da diferença entre o cenário atual e aquele enfrentado em 2002. Se naquele momento o PT soube impulsionar e capitalizar o sentimento de insatisfação com os governos FHC e despertar novas esperanças, agora, a conjuntura exige muito mais nitidez e aclaração programática. Isso porque a polarização do segundo semestre deve repetir o que foram os dois últimos anos. A coalizão PSDB-PFL indica uma chapa liberal-conservadora – o que aumenta sua capacidade de atrair em bloco o grande empresariado financeiro, industrial e do agronegócio.

Uma nova vitória contra as forças neoliberais em 2006 pode abrir um ciclo histórico de mudanças que supere integralmente o paradigma neoliberal no Estado brasileiro e inicie uma grande revolução democrática no país. Mas para isso, será preciso superar os fatores estruturais que condicionaram e limitaram a ação do governo, bem como superar o que, dentro do próprio governo, há de resquício de neoliberalismo.

Construir correlação de forças

O governo federal pode e deve trabalhar para vencer preconceitos historicamente enraizados, que garantem privilé-



Lili Martins/Folha Imagem

Campanha. Disputa de 2006 exigirá reposicionamento público do PT.

Elementos de balanço

Limites. Área econômica bloqueou possibilidade de maiores avanços.

O governo Lula deve ser avaliado em relação ao programa histórico de transformação do Brasil concebido pelo PT a ponto de definir sua própria identidade pública. Também é em relação a este que o novo programa deve ser construído.

Para efetivar esse balanço, podem-se definir seis campos de avaliação: relações internacionais; relações do Estado com a Economia; políticas sociais; relações com o mundo do trabalho; relações com o mundo agrário; democratização e republicanização do Estado brasileiro. Um contraste entre as agendas, ações e dinâmicas criadas pelo governo Lula nessas seis áreas estruturantes da ação do Estado brasileiro mostra que, de conjunto,

ele já deixou para trás o paradigma tipicamente neoliberal de Estado. Também mostra que essa transição se deu de modo diferenciado, desigual e parcial entre essas seis áreas.

Há que se afirmar que o principal ponto negativo está, certamente, na relação do Estado com a Economia. A permanência de padrões coerentes com o período neoliberal na gestão da moeda, do câmbio e da dívida pública exerceu forte contenção dos avanços possíveis nas outras áreas. Aqui foi exatamente onde se concentraram as pressões advindas do setor que mais magnificou o seu poder nos anos neoliberais: o setor financeiro.

A “autonomia funcional” concedida pelo governo ao Banco

Central, a elevada taxa de juros básica da economia, as taxas de juros privadas escandalosas levaram a economia brasileira a ficar muito aquém do crescimento de uma série de países “emergentes”. As restrições ao orçamento público e ao investimento públicos, definidos de maneira imperativa pela área econômica, criaram um sentimento de frustração entre boa parte dos lutadores e lutadoras sociais que foram essenciais para a construção política da vitória eleitoral de Lula em 2002.

Por outro lado, interrompeu-se um ciclo de privatizações de estatais e de terceirizações de funções do Estado. Ao contrário, o governo Lula retomou uma dinâmica forte de contratação em

áreas fundamentais do governo federal via concurso público e conseguiu imprimir forte capitalização e dinamismo a entes estatais poderosos como o BNDES, a Caixa Econômica e a Petrobrás.

Outro aspecto positivo é a derrota da Alca, em conjunto com um processo de integração da América Latina. Além disso, a adoção de uma dinâmica de contraposição ao focalismo das políticas sociais dos governos neoliberais, mesmo com os limites orçamentários, implicou na ampliação da capilaridade do SUS. Somam-se a isso a criação do Fundeb, a ampliação do ensino superior público e outras medidas de democratização que têm feito da Educação a área do governo melhor avaliada pela população.

gio de classe, de raça e de gênero. É preciso reconhecer que o protagonismo das lutas dos setores oprimidos da sociedade pertence a esses próprios setores. Assim, o governo federal deve abrir espaço para a elaboração e implementação de políticas públicas que acumulem para o combate do preconceito e das opressões.

Já para vencer o modelo econômico neoliberal, será fundamental democratizar as gestões do Banco Central e do orçamento público da União. É necessária a adoção de um novo modelo econômico, capaz de gerar um crescimento sustentado e distribuir renda prioritariamente. Mecanismos

de democracia participativa precisam ser construídos nessa esfera, como o OP nacional em articulação com outras formas de se incluir a população no centro do poder público.

Aprofundar a democracia no país também passa por construir novos padrões de governabilidade. Para isso, é urgente a defesa de medidas concretas para uma reforma política e eleitoral. Essas medidas devem se combinar com a efetiva introdução da democracia participativa na definição do orçamento e na definição e gestão de políticas centrais para as reformas populares. São diretrizes importantes para o desmonte das estrutu-

ras da influência do poder econômico nas eleições, do fisiologismo e da alimentação da corrupção sistêmica no Estado brasileiro.

A dinâmica instalada de forte polarização com as forças neoliberais é um momento oportuno para o reposicionamento público do PT e dos movimentos sociais. Trata-se de repor, atualizando e reelaborando, o programa histórico do PT a partir da experiência vivida pelo governo Lula e de construir uma plataforma comum de luta por novos direitos pelos movimentos sociais. Estes dois movimentos combinados podem reconstituir para um novo governo Lula as condições de

ofensividade da esquerda brasileira no sentido de criar um campo histórico propício às grandes transformações.

Outro desafio é o de popularizar na consciência dos brasileiros a proposta de integração de uma comunidade política latino-americana, para além dos vetores limitados do primeiro projeto Mercosul.

Assim como a presença do governo do Brasil tornou-se um dos fatores de definição de dinâmicas políticas de esquerda e centro-esquerda nos países vizinhos, a conjuntura de disputa com os neoliberais no Brasil deve incorporar com força o sopro latino-americano de mudanças.

O Partido que queremos

Encontro Nacional. Recuperar a identidade política é o grande desafio.

Raul Pont

O XIII Encontro Nacional do PT será um marco histórico em sua trajetória de 26 anos. O congresso partidário pode dar um passo importante para "dar a volta por cima" após a profunda crise vivida em 2005. Será o momento apropriado para um balanço desse processo e para apontar o caminho da superação e de uma nova vitória eleitoral do campo democrático, popular e socialista.

Recentes pesquisas eleitorais apresentam uma tendência de fortalecimento da imagem do presidente Lula e do governo. A Revista Época, em sua edição de 06.01.06, reconheceu que, numa análise de vinte compromissos da campanha de 2002, o saldo hoje é positivo e favorável ao governo.

Impedir o projeto Bush da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), barrar novas privatizações, aumento real considerável do salário mínimo, desenvolvimento de uma nova política industrial (BNDES, plataformas e navios da Petrobrás, indústria automobilística, álcool e biodiesel, construção civil, etc); reduzir significativamente a vulnerabilidade externa, assentar em torno de 250 mil famílias sem terra são os dados inquestionáveis que a opositora Época reconhece que sustentam e dão base real a um balanço positivo, que se expressa nas pesquisas de opinião pública.

O Partido que queremos e o Encontro Nacional que necessitamos é aquele que saberá distinguir os avanços alcançados e as insuficiências, debilidades e erros cometidos no primeiro mandato, para que, desde agora, possamos dar início à sua superação.

Avanços nas mudanças

Precisamos desenvolver mecanismos de participação popular. Dar os passos necessários para construir uma democracia participativa que garanta o papel protagonista da maioria na gestão pública de forma permanente e planejada. Sem essa política estratégica, continuaremos reféns do anacrônico e insustentável clientelismo de repartir fatias do orçamento federal para deputados e senadores.

Precisamos de outro ritmo de crescimento econômico e da diminuição acelerada da taxa de juros, sem o que não se geram mais empregos, nem se combate a desigualdade social. Continuaremos à mercê de uma concepção monetarista e obcecada de enfrentamento da inflação via taxa de juros.

Precisamos enfrentar a guerra fiscal que liquida as fi-



A volta por cima. Partido precisará levantar bandeiras históricas para superar crise.

nanças públicas estaduais e concentra recursos em um pequeno número de grandes empresas, e a brutal regressividade dos tributos que continuou intocada no primeiro mandato. Da mesma forma, urge diminuir a jornada de trabalho e garantir a regulação do trabalho aos domingos e feriados, que hoje favorece os grandes oligopólios e shoppings em detrimento do pequeno negócio individual ou familiar.

Para recuperar a identidade política do PT, é necessário um programa e uma prática que tenham lado. É preciso defender, em todos os atos, os interesses da maioria da população, dos trabalhadores, dos desempregados, dos aposentados, dos sem terra, dos sem teto, dos micro e pequenos produtores do campo e da cidade, da juventude angustiada pela ausência de emprego mas, mais ainda, sem perspectiva de futuro de que

sociedade se está construindo no país. Precisamos aprofundar a luta pela soberania nacional no enfrentamento ao imperialismo e ao subdesenvolvimento, através da integração dos países latino-americanos e do Caribe. São diretrizes históricas da nossa construção partidária que continuam atuais e necessárias.

Por fim, não há como recuperar nossa identidade sem que o PT faça a sua avaliação, o seu

juízo daqueles dirigentes e parlamentares envolvidos nas acusações e suspeitas de irregularidades de tráfico de influência e nos financiamentos de campanha.

Este não é apenas o PT que queremos, mas o Partido e o governo necessários para aprofundarmos e avançarmos nas transformações sociais que o país precisa.

Raul Pont é deputado estadual do PT-RS e secretário-geral do PT.

Concretizar as mudanças. Partido precisa reencontrar sua vocação socialista.

Por que a refundação socialista do PT

Paul Singer

O PT nasceu para ser completamente diferente dos partidos políticos, digamos, "comuns", que preenchem nosso espectro político-eleitoral. Enquanto essas agremiações foram formadas somente para disputar e exercer o poder governamental, o PT surgiu como expressão política de um vasto conjunto de movimentos sociais, entidades de classe, correntes ideológicas para promover uma revolução social que encaminhasse a sociedade brasileira a um futuro socialista.

Obviamente, o PT não era e não é o único partido socialista entre nós, mas ele é o único que efetivamente representa a grande maioria das forças sociais cujas lutas constroem, a cada momento, os pressupostos políticos, sociais e econômicos de uma futura sociedade socialista.

Para compreender isso, é preciso recordar que, desde o fracasso indistigável de todas as tentativas de construir o socialismo a partir da conquista do poder de Estado e da concentra-

ção nele de todas as decisões sobre a economia e a sociedade, uma nova concepção de socialismo vem sendo forjada. É o que Chávez vem chamando de "socialismo do século XXI". Ela enxerga a sociedade sem classes emergir de um sem-número de lutas, que inventam e instituem formas solidárias, cooperativas e igualitárias de organização econômica e social no meio de uma sociedade capitalista cada vez mais excludente.

Quando o PT foi fundado, a nova concepção de socialismo ainda não tinha vindo à luz, embora a crise dos socialismos "reais" já fosse patente. Mas o PT, de certa forma, a prenunciou, quando se recusou a aparelhar os movimentos sociais e entidades de classe para colocá-los a serviços de seus objetivos. Era o partido que se colocava a serviço das lutas dos trabalhadores, em suas diversas formas, e não o contrário. Agora, que o PT exerce, em aliança com outros partidos, o governo federal, está ficando claro que a contribuição deste à luta pelo socialismo não consiste em se apoderar do

controle da economia, mas em apoiar as lutas das forças sociais contra a pobreza e a miséria, e viabilizar os empreendimentos comunitários, que resultam destas lutas e constituem as células de uma outra sociedade.

Resgatar a missão histórica

O relacionamento do PT com as lutas dos trabalhadores é que lhe confere originalidade, e esta está umbilicalmente ligada ao seu caráter socialista. A atuação do partido nos legislativos e executivos municipais, estaduais e federais deveria ter esse sentido e nenhum outro. Infelizmente, os fatos que vieram à tona, desde meados do ano passado, revelam um processo de degenerescência que vem desviando o PT de sua missão histórica. O uso e abuso de contribuições clandestinas às campanhas eleitorais, não só do próprio partido, mas também de partidos aliados, somado à extensa profissionalização da militância, revelam que a prática de muitos petistas visa apenas à conquista do poder gover-

namental, do mesmo modo que os partidos que acima denominamos de "comuns".

Refundar o PT significa restabelecer a ligação vital do partido com os sindicatos, as cooperativas e associações de trabalhadores, hoje comprometida pela insuficiente presença dos seus representantes nas instâncias de direção do partido e pela dependência cada vez maior, por parte do PT, do dinheiro fornecido por interesses estranhos, quando não opostos, às aspirações dos trabalhadores em luta.

Refundar o PT significa devolver o poder de decisão dentro do partido aos militantes de base, que, em sua maioria, representam essas lutas. E instituir no partido um regime financeiro controlado pelos petistas e dependente, predominantemente, de suas contribuições. Isso significa, inevitavelmente, restabelecer a vocação socialista do PT, sem a qual ele se tornará mais um partido eleitoral.

Paul Singer é membro do Diretório Nacional do PT, Secretário Nacional da Economia Solidária do Governo Federal e Professor Titular da FEA-USP.

Uma cultura política de inclusão

Democracia participativa. Transformação, socialização da política e do poder.

Pepe Vargas e Ubiratan de Souza

O povo brasileiro, ao longo de sua história, viveu poucos momentos de vida democrática, mesmo sob o ponto de vista democrático-liberal. Tampouco conseguiu constituir uma sociedade de bem-estar-social, o equivalente econômico-social das democracias liberais. A exclusão política sempre foi sócia da exclusão social neste Brasil de tantas desigualdades. A luta por direitos econômicos e sociais sempre esteve de mãos dadas com a luta pela conquista de espaços democráticos na nossa história.

Com a conquista de governos, primeiros municipais, depois estaduais, e agora federal, a esquerda brasileira passou a viver o desafio de compatibilizar seus princípios e bandeiras históricas com o exercício real da administração de parcelas do Estado, dentro de conjunturas extremamente complexas. Como governar num ambiente político e institucional adverso à realização plena de programas de esquerda, sem frustrar as enormes esperanças populares que nossas vitórias eleitorais fizeram florescer? Os caminhos escolhidos para responder a esta contradição real, por parte das diversas administrações que elegemos, determinaram o maior ou menor grau de acúmulo político para a realização de nosso objetivo histórico, a construção do socialismo.

Os governos que optaram por formas usuais de administrar (sem radicalizar a democracia, sem abrir canais amplos de participação popular na tomada de decisões e mantendo uma relação tradicional com o poder legislativo) pouco contribuíram para a construção de uma consciência cidadã mais elevada e tampouco inverteram as prioridades dos investimentos e serviços públicos a favor das camadas populares. No imaginário popular, a diferença entre nossos governos e os dos nossos adversários fica restrita ao conceito de maior ou menor eficiência, que, embora importante, pouco acumula para quem pretende superar a cultura da sociedade capitalista e redistribuir socialmente a renda pública.

Combater todas as exclusões

Por outro lado, os governos que marcaram o imaginário social foram aqueles que combinaram a idéia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos historicamente excluídos pelas políticas dos governos tra-



Democratização da gestão. Plenária do OP em Caxias do Sul.

dicionais, via melhorias na infraestrutura e políticas sociais; com formas inovadoras de participação popular através da democracia participativa, materializada em experiências exitosas como o Orçamento Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e movimentos sociais. Para amplos setores da sociedade, ficou visível que é possível construir uma nova sociedade e novas formas de organização do Estado.

Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, colocando o primeiro sob controle desta, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo.

Dessa forma, associamos às realizações de governo a construção de uma nova cultura política, de homens e mulheres que participam, mobilizam-se socialmente em busca de direitos individuais e coletivos. Não por acaso, os governos que buscaram esse caminho conviveram com momentos de intensa mobilização social. Mesmo quando, após vitórias eleitorais

sucessivas, perderam eleições, não saíram derrotados politicamente, mantendo-se como forças políticas que detêm forte apoio popular.

A prática da democracia participativa tem demonstrado e aberto novos caminhos para a esquerda na luta para a transformação das velhas estruturas políticas de dominação capitalista e para a aplicação de um projeto democrático popular. Essa foi a experiência dos governos municipais de Porto Alegre, por 16 anos, Caxias do Sul e outros municípios gaúchos, do governo do estado do Rio Grande do Sul (1999-2002); assim como Recife, Fortaleza e outras gestões participativas no Brasil e no exterior, com destaque à Revolução Bolivariana da Venezuela.

Para um governo de esquerda, são a participação, organização e mobilização popular que garantem a governabilidade, a transparência na gestão e no gasto público, a redistribuição da renda pública a favor das camadas populares e a construção de uma economia popular, também abrindo um processo de criação de uma nova cultura política com cidadania plena e solidariedade.

OP nacional

No caso do Brasil, a recente crise política expôs a fragilidade do sistema e da estrutura da democracia representativa brasileira. Mostrou também o fracasso e a falência da tese e da prática da governabilidade baseada somente na negociação com o parlamento. O parlamento bra-

sileiro tem sido o resultado e a expressão de um sistema político estruturado no voto proporcional uni-nominal, no financiamento privado das campanhas eleitorais e na ausência da fidelidade partidária.

Na Venezuela, Hugo Chávez teve a clareza política de que um governo popular deve ser indutor da organização e mobilização da população, compreendendo que a participação popular nas decisões políticas nacionais, no orçamento federal e nas políticas públicas em geral é um elemento decisivo, constituinte e legitimador de um governo de esquerda que deseja transformar a realidade econômica e social do país. O governo revolucionário venezuelano implementou a participação popular combinada com uma política de distribuição da renda e de inclusão social, através de políticas públicas nas áreas sociais e no desenvolvimento endógeno, que visa à diversificação da estrutura econômica interna e à criação de uma economia popular e solidária. A maior expressão dessas políticas são os programas chamados de "Missões", através das quais o governo executa suas ações por fora da estrutura burocrática do Estado, implementando políticas públicas nas áreas da saúde, educação, habitação e desenvolvimento endógeno para uma economia alternativa ao mercado capitalista. Tudo com mobilização, organização e controle popular.

Por isso, o PT, os partidos do campo popular e os movi-

mentos sociais têm que incorporar nas Diretrizes e Programa de governo, para um segundo mandato do Presidente Lula, o Orçamento Participativo nacional combinado com outras formas de democracia participativa. Também uma ampla reforma política, que faça modificações importantes no sistema político vigente, como por exemplo, o financiamento público das campanhas eleitorais, a introdução da lista partidária fechada de candidatos proporcionais, a fidelidade partidária, visando combater a corrupção, a dependência do financiamento privado e fortalecer os programas e os partidos políticos. A elite brasileira não tem interesse nessa reforma política, que só poderá ser efetivada se houver uma grande mobilização popular que cobre do parlamento uma profunda qualificação da democracia representativa brasileira.

Vivemos, na conjuntura latino-americana, uma crise da hegemonia neoliberal. Isso nos coloca o desafio de construirmos uma alternativa concreta e viável de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social de transição ao socialismo, que incorpore milhões de cidadãos brasileiros e latino-americanos através de um processo de socialização da política e do poder, que está na raiz do OP e da democracia participativa.

Pepe Vargas é médico, ex-Prefeito de Caxias do Sul pelo PT (1997-2004) e Ubiratan de Souza (Bira) é economista, ex-Secretário de Orçamento e Finanças do OP do Governo do Rio Grande do Sul (1999-2002), ex-Coordenador Geral do Gabinete de Planejamento do OP da Prefeitura de Porto Alegre (1993-1998).

Um novo capítulo na reforma agrária

Conferência da FAO. Em Porto Alegre, evento se abriu para a sociedade civil.

A hegemonia neoliberal dos anos 90 seqüestrou da agenda internacional os temas da reforma agrária e do desenvolvimento rural e apresentou a liberalização como a panacéia para todos os males das nações.

O ajuste estrutural significou a redução do horizonte possível – do desenvolvimento e da justiça social para o mero alívio da pobreza e da fome –, a redefinição do papel do Estado e o desmonte de estruturas e políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à terra, o apoio à produção e ao abastecimento alimentar. Em alguns países africanos, por exemplo, o vazio decorrente do desmonte do pouco (mas importante) que havia foi preenchido pelos programas internacionais de distribuição de alimentos, que inviabilizavam as poucas chances de manutenção de uma produção local, já duramente afetada pela redução dos preços dos produtos agrícolas por conta dos pesados subsídios bancados pelos Estados Unidos e pela União Européia.

Mas a combinação da persistência das crises econômica, ambiental e social com a força das resistências, que se espalharam e se encontraram, gerou um ambiente mais propício para a gestação de alternativas, para mexer em profundidade na própria agenda internacional. A Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) é expressão desses novos ares. Foi uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, acolhida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), e ocorreu em Porto Alegre, – eterna anfitriã do Fórum Social Mundial – entre 6 e 10 de março de 2006.

A agenda da conferência foi construída a partir da idéia do caráter contemporâneo das questões envolvendo a reforma agrária e o desenvolvimento rural. Cerca de 52% da população mundial vive no meio rural (algo em torno de 3,3 bilhões de pessoas). Destas, cerca de 840 milhões vivem abaixo da linha da pobreza. Segundo dados da FAO, do total da população em estado de má nutrição, 75% vivem nas áreas rurais do planeta. Além disso, aproximadamente 634 milhões de pobres moram em terras marginais, áreas de baixa potencialidade agroecológica.

Esses números mostram que pensar uma estratégia de desenvolvimento, de geração



Joel Silva/Folha Imagem

Novos ares. Ganha espaço idéia de reforma agrária enquanto democratização da estrutura fundiária.

de trabalho, de superação da pobreza e da fome em escala mundial, obrigatoriamente exige pensar uma estratégia para o desenvolvimento rural.

Participação ampla

A decisão da FAO de realizá-la aqui decorreu do reconhecimento das ações do governo brasileiro para consolidar em âmbito internacional, com a centralidade necessária, a agenda do combate à fome e à pobreza, e ainda, o reconhecimento da importância da experiência em curso na reforma agrária, nas políticas de fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

Uma conferência de governos, mas que, desta vez, se abriu de forma inédita, no âmbito do sistema das Nações Unidas, à participação da sociedade civil, por meio de presença de seus e suas representantes em todas as sessões; elaboração e apresentação de um dos cinco documentos-base; ampliação do tamanho das delegações oficiais dos países de 9 para 25, para contemplar seus representantes; da realização de um fórum mundial.

No Brasil, essa participação foi ainda mais ampla. Constituiu-se um comitê responsável pela preparação brasileira composto por 37 entidades, sendo 5 órgãos federais, 2 conselhos nacionais e 25 movimentos sociais (de quilombolas, mulheres rurais, luta pela terra, sindicalismo

rural, indígenas, seringueiros...) e organizações não-governamentais. Dele, saíram sugestões e orientações ao representante brasileiro na FAO; um importante documento consensual ("Contribuição Inicial do Comitê Brasileiro à CIRADR" – ver www.mda.gov.br/ciradr) e indicações para as posições a serem adotadas na Conferência. A delegação oficial brasileira será, também de forma inédita, composta majoritariamente por representantes da sociedade civil (13 em 25).

Além disso, um fórum mundial da sociedade civil, intitulado "Terra, Território e Dignidade", ocorreu simultaneamente em Porto Alegre, contando com as mesmas condições de infra-estrutura oferecidas à conferência oficial. Organizado pelo Comitê Internacional de ONG/OSC para a Soberania Alimentar – CIP (www.foodsovereignty.org), o fórum contou com a presença de mais de 300 delegados e delegadas de todas as regiões e de todos os setores, tendo sido um espaço privilegiado para ampliar e fortalecer as redes e agendas internacionais dos movimentos, e em especial, para preparar a intervenção na CIRADR.

Depois de 27 anos da conferência anterior, abre-se uma boa oportunidade para a FAO recuperar um protagonismo perdido nos anos 90, especialmente para o Banco Mundial. Um papel renovado, por um

lado, pelo novo conjunto de referências produzidas pelos diversos movimentos sociais e suas lutas, por alguns governos nacionais e por uma série de conferências internacionais que incorporaram novos parâmetros para promover o desenvolvimento das nações.

Vale destacar, entre outras, as Conferências Mundiais de Alimentação, do Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos das Metas do Milênio. Por outro lado, um papel a ser renovado pelo balanço crítico do receituário dos organismos internacionais, que tentou deslegitimar a importância da ação redistributiva do Estado e das próprias lutas sociais, mas que apenas agravou a desigualdade social.

Novas referências

Estas novas referências possibilitam recompor um campo político e programático orientado para integrar nas suas formulações e nas suas ações o direito à terra, o direito à alimentação, a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, a defesa da biodiversidade, a sustentabilidade ambiental e a valorização das comunidades tradicionais. Uma compreensão que parta do reconhecimento da diversidade dos regimes de posse da terra, das modalidades de uso e gestão dos recursos naturais, e da própria diversidade de sujeitos e situações, de identidades políticas e de formas de luta.

Um desafio que não é pequeno quando se sabe que são pouquíssimos os países em que a reforma agrária e o desenvolvimento rural integram, de fato, as atuais agendas nacionais.

Um debate bastante atual versa acerca da redefinição dos horizontes das nações e o papel da reforma agrária. Há a possibilidade de um novo desenho na agenda internacional, de forma a superar uma visão anterior centrada em minimizar os efeitos inevitáveis da globalização por meio de políticas compensatórias, para a qual a liberalização comercial e as políticas de ajuste estrutural são o duro e necessário caminho para o desenvolvimento dos países do sul. Assim, ganharia espaço a visão da reforma agrária enquanto democratização da estrutura fundiária, principalmente por meio da ação redistributiva do Estado e de reconhecimento das terras e territórios tradicionalmente ocupados – e as políticas voltadas para a agricultura familiar e as comunidades tradicionais se constituem, com diferentes graus de consolidação e explicitação, em elementos fundamentais de projetos nacionais de desenvolvimento.

Uma síntese por fazer: o que os movimentos acumularam, bem como algumas experiências de governo, é muito importante para iluminar alternativas e para apresentar um contraponto à agenda neoliberal,

Um internacionalismo para o século XXI

Novo cenário. América Latina expressa um novo processo na luta socialista.

O internacionalismo é um dos valores estratégicos constitutivos da luta pelo socialismo. A fraternidade universal dos povos precisa ser buscada e, assim como o capital globalizou sua dominação, não há como desenvolver o socialismo de forma isolada em um ou outro país. Portanto, um projeto pós-neoliberal, para ser coerente, necessita ser socialista e internacionalista.

Há condições fundantes para a transição e a superação do neoliberalismo. São elas: o antiimperialismo; a defesa da soberania nacional dos povos; a denúncia e o enfrentamento da condição subdesenvolvida dos países da "periferia" e da aliança da classe dominante com o capital internacional; a produção teórica e ideológica da luta pelo socialismo; a ética e a moral na política; a permanente luta por uma democracia participativa e a necessária construção de forças políticas com independência de classe capazes de levar isso a cabo.

A crise do "socialismo real", no momento do auge da hegemonia neoliberal, entre o final dos anos 1980 e a primeira metade da década passada, afetou profundamente toda a esquerda mundial. Aquela crise significou, em grande medida, um novo desenho da esquerda no mundo inteiro. Houve perdas significativas quando importantes contingentes passaram ao campo do neoliberalismo ou abandonaram a militância política.

Mas também aconteceu que as fronteiras ideológicas construídas durante o século XX e, particularmente, aquelas vinculadas ao debate sobre a URSS e o Leste Europeu, foram se erodindo em face às novas realidades e desafios colocados pelo século XXI.

A retomada das lutas sociais que aconteceu no final dos anos 1990 e na presente década se dará sobre um novo território político. Ao contrário do que foi a história das esquerdas no século passado, não há hegemônias estabelecidas nem forças políticas em condições de disputar a condução única desse processo.

Há, no entanto, novas questões estratégicas, novos desafios teóricos e políticos. Frente a eles, esboçam-se campos de construção socialista e internacionalista, e novas polaridades.

O novo cenário e seus atores

Dessa forma, a retomada das lutas sociais, que aconteceu



Antiimperialista. FSM mostrou necessidade de construção de um novo internacionalismo.

no final dos anos 1990 e na presente década, se dará sobre um novo território político. Ao contrário do que foi a história das esquerdas no século passado, não há hegemônias estabelecidas nem forças políticas em condições de disputar a condução única desse processo.

O debate sobre um internacionalismo para o século XXI deve recuperar os valores e a herança positiva das quatro internacionais anteriores, mas também deve fazer um balanço dos seus erros. Deve identificar os novos atores hoje existentes, assim como aqueles que permaneceram (após a crise geral das esquerdas no início da década passada). E deve, sobretudo, ser capaz de impulsionar um internacionalismo aberto e plural, estreitamente vinculado às lutas em curso.

A dimensão internacional das mudanças na América Latina é um aspecto central desse novo cenário. Nesta região onde o neoliberalismo e a dominação imperialista atingiram estágios "selvagens", vêm se concentrando fortes questionamentos à ordem imperialista, ainda que de forma desigual, mas também com aspectos comuns e espaços de cooperação.

Na confluência entre crise dos projetos neoliberais e emergência popular, surgiram novos atores e renovaram-se

Internacionalismo para o século XXI deve recuperar herança positiva das internacionais anteriores e fazer balanço dos erros.

outros. Os espaços amplos e unitários de lutas contra as diversas expressões da globalização neoliberal só são possíveis hoje por causa desse novo quadro em que se encontram as esquerdas no mundo e, em particular, na América Latina.

A construção de espaços e articulações internacionais criou um ambiente propício para que esse novo quadro emergisse. O Fórum Social Mundial, a Assembléia de Movimentos Sociais, a Campanha Continental contra a ALCA, a Aliança Social Continental, a Marcha Mundial das Mulheres, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, os fóruns de trabalhadores em economia solidária, entre outras iniciativas, têm significado avanços importantes na luta contra a globalização neoliberal, o imperialismo, a guerra e o patriarcado capitalista no continente.

O grande impacto das recentes ações contra Bush e a ALCA na Cúpula dos Povos (impulsionada pela Aliança Social Continental), em Mar del Plata, foi uma mostra concreta do

acerto dessa política internacionalista. Os significativos avanços políticos registrados no Fórum Social Mundial de Caracas, em janeiro passado, apontam para igual sentido.

Assim, esse novo internacionalismo necessário está sendo construído nas lutas, nas campanhas e nos espaços unitários regionais e internacionais. A crise de legitimidade do projeto neoliberal na América Latina, produto de impasses desse programa e da resistência popular à sua aplicação, abriu um novo período político na região. O ascenso das lutas sociais e o avanço, no plano institucional, de partidos de esquerda e progressistas são expressão desse novo cenário. A tradicional hegemonia do imperialismo norte-americano na região vista como seu "quintal" está em questão.

Raízes nacionais

Essas conquistas não são nem estranhas nem contraditórias com uma política nacional, ao contrário, devem ser a continuação dela no plano internacional. Inclusive porque uma

política internacionalista precisa escapar de aplicações mecânicas de determinações de um agente central, e sim, deve considerar processos históricos e atores diferenciados, como se observa na América Latina.

Mesmo o marxismo, quando chegou ao continente, veio como uma ideologia "fora de lugar". Foram cento e cinquenta anos de mútuo aprendizado entre os povos latinos (que buscaram no marxismo uma ferramenta para sua libertação) e o marxismo, que, para ser um pensamento universal, precisa se "deseuropeizar". Dessa forma, às elaborações teórico-políticas da luta pelo socialismo, somam-se experiências diversificadas e realidades históricas diferenciadas, que apresentam acúmulos de força importantes para a construção das lutas populares mundo afora.

Sendo assim, embora ainda se esteja longe de sínteses programáticas e de formas organizativas do amplo, variado e plural processo de internacionalização de lutas sociais e de organização política, ao mesmo tempo, é visível que esse processo já ultrapassou o período mais defensivo, de resistências. Um excelente cenário para se desenvolverem novas experiências e elaborações internacionalistas.